

• Nacional

23 ABR 1993

POLÍTICA ECONÔMICA

Sucesso na reestruturação do orçamento vai depender do apoio político ao governo

por Maria Christina Carvalho
de São Paulo

A decisão do governo Itamar Franco de fazer uma grande reestruturação do orçamento, redefinindo prioridades e cortando outros gastos é inédita. "É a primeira vez que se faz uma reorçamentação. A alternativa é mais transparente e inteligente do que o simples uso do contingenciamento. O sucesso da iniciativa vai depender dos resultados da reunião ministerial de sábado e do apoio político do governo", afirmou o economista Augusto Jefferson de Oliveira Lemos, que está fornecendo subsídios à equipe do Ministério da Fazenda para a revisão constitucional.

O ex-ministro da Fazenda, Paulo Haddad, concordou: "Apoio político não tem faltado até agora". Para Haddad, o governo precisa transformar o déficit primário de US\$ 9 bilhões em superávit de US\$ 4 bilhões, aprovar o Imposto Previsório sobre Movimentação Financeira (IPMF) e conter despesas. "Para isso é necessário apoio político, e apoio político não tem faltado ao governo até agora."

A meta do governo é também zerar déficit operacional, inviável apenas com o uso de contingenciamento, de acordo com Lemos. O orçamento deste ano embute um déficit primário de 4% do Produto Interno Bruto (PIB). O déficit primário exclui gastos com juros e correção monetária e cambial; já o operacional inclui os juros. Obter, portanto um superávit primário e ainda zerar o resultado operacional exigirá um grande esforço.

O contingenciamento deste ano permite um corte de 20% mas obriga o governo a pedir suplementação de verbas para usar os recursos cortados em outras finalidades. "Mas, na verdade, a única conta que pode sofrer cortes é a de outros custeios e investimentos," afirmou Lemos, lembrando, que o restante do orçamento está comprometido com despesas vinculadas pela Constituição, como 18% para a educação; e obrigatórias como salários do funcionalismo e encargos da dívida interna e externa.

O economista estima que essa conta seja equivalente a cerca de US\$ 15 bilhões valor próximo do que o ministro da Fazenda, Eliseu Resende, pretende cortar do orçamento. Mas essa conta, conforme disse, inclui desde o cafezinho, lápis até as grandes obras de infra-estrutura. "Aí acontece o sucateamento", afirmou lembrando que os governos anteriores usavam o contingenciamento.

O ex-ministro Marcílio



Paulo Haddad

Marques Moreira usou o contingenciamento de 25% permitido no orçamento de 1992 e acabou gastando apenas 3% do orçado em outros custeios e investimentos no primeiro semestre. "O contingenciamento era suficiente e foi cumprido. Marcílio conseguiu um superávit primário (de 1,76% do PIB). Marcílio também queria déficit operacional nulo, e não conseguiu porque os juros subiram, com o aumento do custo da dívida pública".

Nas reuniões já realizadas entre Lemos e a equipe ministerial foram discutidos o imposto de renda e as distorções orçamentárias. Lemos, que foi professor do assessor de Eliseu, Carlos Eduardo de Freitas, foi convidado a fornecer subsídios para a revisão constitucional, além de transmitir as conclusões da comissão da reforma fiscal formada no governo anterior.